

GESTÃO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA A PARTIR DA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL DO ÂMBITO DO PLANAFLORO

ENVIRONMENTAL MANAGEMENT IN THE AMAZON IN AN ENVIRONMENTAL EDUCATION PERSPECTIVE: NON-FORMAL EDUCATION IN PLANAFLORO SCOPE

Maranei Rohers Penha¹

RESUMO: O presente artigo visa discutir a importância da Educação Ambiental nos processos de Gestão Ambiental, com base nos resultados do programa radiofônico de Educação Ambiental Não-Formal Maritaca, implementado no âmbito do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia – PLANAFLORO, no período de 1997 a 1999. O programa veiculou semanalmente conteúdos relacionados a educação ambiental, desenvolvimento sustentável, cotidiano sociocultural e econômico da população alvo e apresentou na avaliação dos resultados a Gestão Ambiental na Amazônia pautada da Educação Ambiental, como um dos processos possíveis de construção de novas atitudes.

Palavras-Chave: Gestão Ambiental. Educação Ambiental. Amazônia.

ABSTRACT: This paper aims to discuss about the Environmental Education importance in the Environment Management. It was based on the results of the radio program of Maritaca Non-formal Environmental Education. This program was implemented in Rondônia Agriculture and Forest Plan – PLANAFLORO from 1997 to 1999. The weekly program transmitted subjects about environmental education, sustainable development, sociocultural and economical everyday life of the target people. The research shows that it is possible to assume new postures through environmental management based on environmental education.

Keyn Words: Environmental Management. Environmental Education. Amazon.

1 INTRODUÇÃO

A educação ambiental nas últimas décadas tem sido foco de diversas abordagens, discussões e ações que têm envolvido os diferentes segmentos sociais na busca da construção de uma consciência ecológica planetária que se consolide através de políticas públicas, ações norteadoras de processos específicos apoiados por instituições não-governamentais, mas também por legislações que regulamentam e inibem ações depredadoras da qualidade ambiental.

Neste processo, compreendemos a Educação Ambiental, juntamente com a Gestão Ambiental, como instrumentos de conciliação de interesses e mudanças de comportamento, contribuindo, assim para um desenvolvimento que considere o equilíbrio ecológico como uma das premissas para que a sociedade cresça economicamente, mas com qualidade de vida.

¹ Graduada em Geografia, Especialista em Geografia e Ensino no Contexto Amazônico e Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Professora de Geografia na rede Pública Estadual de Ensino.

SABER CIENTÍFICO, Porto Velho, 1 (1): 253 - 266, jan./jun.,2008.

Para tanto, o caminho percorrido nesta pesquisa consistiu no levantamento bibliográfico de trabalhos pertinentes ao tema e documentos do PLANAFORO, que após analisados para interpretações e inferências à luz dos conceitos de Gestão Ambiental pudéssemos apontar as efetivas contribuições da educação ambiental no âmbito do PLANAFORO.

2 A ATUALIDADE DA DISCUSSÃO AMBIENTAL

Em razão do projeto econômico presente na sociedade capitalista, manifestado em todas as esferas sociais e que acima de tudo prioriza as questões econômicas, a sociedade tem vivenciado um processo no qual algumas corporações e grupos sociais têm adotado ações questionáveis no que se refere à relação de exploração dos recursos do meio ambiente.

Ações essas que para Hess (1993, p. 154) manifesta-se no:

[...] comportamento predatório do homem, fruto do pensamento que vem predominando, desde o século XVI, na cultura ocidental, que consiste em percebê-lo, não como parte integrante da natureza, mas como força exterior capaz de transformá-la e dominá-la, adquiriu proporções acentuadas, sobretudo a partir da II Guerra Mundial.

Tal afirmativa serve como ponto de partida para discutirmos os temas ambientais, principalmente após as duas grandes guerras. A sociedade capitalista tem acompanhado a emergência da temática no universo científico e político, fomentada a princípio em função da perceptível resposta do ambiente natural às degradações, as quais foram acumuladas historicamente em alguns pontos da superfície terrestre, com destaque neste caso, para o desastre de Minimata no Japão, onde foram registradas oficialmente 50 mortes por envenenamento com mercúrio. Este fato, entre outros, marca o início da inserção da temática ambiental na agenda política das Nações.

As transformações e os resultados, no caso negativo, suscitaram uma série de debates e encontros que a partir da década de 70, especialmente a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo no ano de 1972, vem desencadeando uma série de ações internacionais com ênfase na qualidade de vida das populações em prol de um meio ambiente equilibrado.

SABER CIENTÍFICO, Porto Velho, 1 (1): 253 - 266, jan./jun.,2008.

A discussão atual sobre a questão ambiental se fortalece em função da crescente degradação dos recursos naturais isto porque, conforme Naves (2000:119) “as conseqüências das catástrofes ambientais podem acabar com todas as possibilidades de manutenção da espécie humana na face da terra”. Neste contexto, o encaminhamento chave para solucionar a problemática perpassa o desenvolvimento no qual deve haver participação, organização, educação e o fortalecimento das práticas e tecnologias ecologicamente adequadas.

Para que as práticas possam materializar-se socialmente na perspectiva do desenvolvimento sustentado como “aquele que responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responder às suas necessidades” (RELATÓRIO DE BRUNDTLAND, 1987 *apud* CMMAD, 1988) entendemos ser determinante ações implementadas tanto nas esferas pública quanto privada.

Nesta perspectiva o desenvolvimento sustentado tem seu foco nas pessoas, na cultura, na história local, ou seja, além da produção, além da apropriação dos elementos naturais do meio ambiente.

Sabe-se que muitas são as críticas à terminologia “desenvolvimento sustentável”, mas a discutimos em nosso trabalho pelo marco crítico e conceitual que se configurou e que também envolve o desenvolvimento econômico associado à apropriação dos recursos naturais, limitado, mas que deve ser repensado, e reconstruído a partir de novas técnicas e acreditamos que a educação ambiental é capaz de fazer incorporar novas culturas produtivas. Antes das manifestações mais evidentes de reação da natureza, as agressões eram vistas apenas como eventos catastróficos que independiam, as ações antrópicas, e a sociedade se posicionava como não pertencente a natureza, mas desde os eventos negativos mais ligados aos meios urbano e rural industrializado, o ser humano percebeu-se como mais um elemento desta, sujeito inclusive, as respostas ambientais da natureza e as suas ações.

Cada vez mais se tem verificado o papel fundamental da gestão ambiental num processo de reconstrução de concepções individuais e coletivas capaz de interferir neste processo, pois é certo que há uma crise construtiva acerca da relação sociedade e natureza. A esse respeito Leff (2002:191) considera “a crise de nosso tempo, o risco ecológico que questiona o conhecimento do mundo”. Conhecimento

SABER CIENTÍFICO, Porto Velho, 1 (1): 253 - 266, jan./jun.,2008.

este, que tem provocado transformações sociais, fazendo emergir uma nova racionalidade ambiental, que implica num diálogo entre os diversos saberes de maneira que possam gerar novas posturas.

3 A GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Entendemos que a sociedade transforma os elementos naturais a partir de técnicas, socialmente construídas e disseminadas, que condicionam a transformação de elementos naturais em recursos (RAFFESTIN, 1993). Nos processos de criação, incorporação e uso de tecnologias, o processo educativo em suas várias vertentes tem uma importância determinante, isto porque o meio ambiente pode ser entendido como “[...] suporte geofísico, condicionado e condicionante de movimento, transformador da vida social. Ao ser modificado, torna-se condição para novas mudanças, modificando, assim, a sociedade”. (GUERRA e CUNHA, 2004: 23).

Neste contexto a educação ambiental concretiza o que assegura Barbosa citando Leonardi (2000: 41, *apud* NAVES, 2000), o Ministério da Educação (BRASIL 2001) e Andrade-Filho (2002:28), que as concepções práticas de educação ambiental se consolidam por meio do ensino formal, não-formal e do informal, sendo estes entendidos da seguinte forma:

- **educação formal:** exercida como atividade escolar no ensino básico dos sistemas oficiais de ensino, tanto em atividades em salas de aula ou fora delas. Possui conteúdos, metodologias, e meios de avaliação claramente definidos e tem caráter burocratizado em que o avanço no conhecimento se faz em função de certificações e pré-requisitos.
- **educação não-formal:** exercida em outros e variados espaços da vida social, com diferentes componentes, metodologias e formas de ação daquela formal destacando-se a questão da intencionalidade como fator de interação educativa. Seu caráter não-formal indica que é uma atividade fora das escolas oficiais e é exercida normalmente por sindicatos, Organizações Não-Governamentais – ONG’s, empresas, secretarias de governo, etc.

SABER CIENTÍFICO, Porto Velho, 1 (1): 253 - 266, jan./jun.,2008.

- **educação informal:** exercida em espaços sociais muito variados, não possuindo compromisso com a continuidade e não existe a presença de conteúdos pré-estabelecidos, metodologia ou avaliação; a aprendizagem ocorre espontaneamente. Ela se dá sem uma intencionalidade definida embora esteja impregnada de significados e valores. É exemplo desta educação a formação cultural dos indivíduos ou a atuação das mídias sobre o cotidiano das pessoas.

Sabe-se que qualquer alteração no meio ecológico resulta numa desarticulação de uma ordem natural pré-estabelecida, porém é necessário ponderar sobre as necessidades produtivas demandadas pelas sociedades onde a conciliação entre demandas e técnicas produtivas menos predatórias sejam aplicadas. Neste papel conciliador surge a gestão ambiental, onde a mesma incorpora um papel vertical e horizontal em sua aplicação:

- Vertical quando abrange escalas diferentes de atuação indo da Política Ambiental, do Planejamento Ambiental até o Gerenciamento Ambiental direcionado a áreas específicas (LANNA, 1994:5);
- Horizontal quando repensa o uso dos recursos a partir de fronteiras naturais, exemplo disto é o gerenciamento de bacia hidrográfica em detrimento de limites territoriais estabelecidos por leis e decretos.

Assim, a gestão ambiental como “processo de tomada de decisões que deve repercutir positivamente sobre a variável ambiental de um sistema” (SOARES 2004:971), deve ultrapassar várias esferas da sociedade para que seja efetivamente aplicada, por parte da esfera pública quando da formulação de legislação e atinja a toda a população, assim como, os diversos atores sociais que fazem uso dos recursos naturais, a fim de evitar conseqüências ambientais catastróficas que podem comprometer usos futuros de elementos naturais ou mesmo comprometer irreversivelmente a qualidade de vida nas várias dimensões.

Neste sentido, um dos grandes desafios postos à educação ambiental é que a mesma deixe de ser uma educação temática, onde o meio ambiente e a qualidade

SABER CIENTÍFICO, Porto Velho, 1 (1): 253 - 266, jan./jun.,2008.

de vida são os elementos principais e passe a ser um instrumento eficaz de promoção da mudança comportamental.

Esse processo de incorporação do conhecimento e mudança comportamental é possível quando auxiliado por políticas e práticas educacionais com objetivos e métodos bem estabelecidos uma vez que os problemas ambientais não são eminentemente técnicos, mas sociais, e, deve-se buscar a solução deste, também por elementos de transformação social. É preciso entender que as relações do ser humano com seu meio ambiente, não são mediadas apenas por técnicas, mas por uma infinita gama de valores culturais e como construção social pode ser ressignificada a partir da educação.

A educação ambiental pode se tornar uma ferramenta poderosa para efetivar a gestão ambiental, em termos de incorporação de técnicas produtivas menos predatórias, a partir do momento que leva os atores sociais a refletir sobre suas práticas e seu posicionamento diante do meio ambiente, fornecendo ainda subsídios em termos de novas técnicas, rompendo com a reprodução de técnicas produtivas inadequadas, como as que foram aplicadas na Amazônia no período das políticas de assentamento rural e exploração mineral das décadas de 60 e 70.

4 A AMAZÔNIA NO CONTEXTO DA EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

A Amazônia, diante dos processos de transformação e apropriação de recursos, tem sido palco das mais diversas manifestações de degradação ambiental, tem sido peça de uma história de saque dos recursos naturais que a natureza nos legou (OLIVEIRA, 1993; LESSA, 1991; BECKER, 1998).

A partir da década de 60, a região passa a fazer parte das estratégias geopolítica Governos Militares e das políticas territoriais do Estado (OLIVEIRA, 1991: 13; BECKER, 2001) figurando como unidade de planejamento, inclusive, contando anteriormente (ainda no Governo JK) com órgão específico para promover seu *desenvolvimento*, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, criada em 1953.

Rondônia, parte da Amazônia, foi palco de alguns projetos considerados “de desenvolvimento” como o Programa de Integração Nacional (PIN) ocorrido na primeira metade dos anos 70 no qual foi priorizada a abertura de rodovias como via

SABER CIENTÍFICO, Porto Velho, 1 (1): 253 - 266, jan./jun.,2008.

de migração para estabelecer fluxos com o Centro-Sul brasileiro. Este programa objetivava promover a colonização agrícola da Amazônia, o que deu certo em poucos casos, mas no geral tanto a falta de aplicação de técnicas específicas para a região quanto à distribuição e uso das terras levou os agricultores a enfrentar problemas de ordem ecológica e social para fixarem-se a região.

Posteriormente, entre 1974 e 1980, no auge do período denominado de “milagre econômico” brasileiro o Programa de Pólos Agropecuários e Agro-Minerais da Amazônia - POLAMAZÔNIA é pensado a partir da criação de pólos de desenvolvimento econômico e subsidiado pelo governo com benefícios fiscais. Este período é marcado pelo intenso desmatamento necessário à implantação de pastos para criação de gado (KOHLHEPP, 2002). Nesta ocasião o Governo Federal, através do INCRA, promoveu licitações públicas, de 2.000 a 3.000 hectares sob o entendimento que a pecuária era inexpressiva no Estado de Rondônia até aquele momento e os maiores compradores foram fazendeiros das regiões sudeste e sul (RONDONIA 1997: 34).

Neste contexto encontra-se o Programa POLONOROESTE - Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil, com foco no desenvolvimento rural e teve como elementos principais a construção da BR-364, ligando Cuiabá a Porto Velho e posteriormente a Rio Branco, e o assentamento de colonos pela reforma agrária ao longo de sua extensão. Iniciado em 1981 e financiado Banco Internacional para Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD, representou “a maior devastação ambiental da Amazônia Ocidental e a primeira capitulação da instituição” (DIEGUES, 1999:105). Após esta constatação de fracasso é proposto o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia - PLANAFLORO com objetivo de corrigir os problemas desencadeados pelo POLONOROESTE.

Assim, para a implementação do PLANAFLORO, a partir de 1992 a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Rondônia – SEPLAN, através da Coordenadoria de Projetos Especiais contou com recursos financeiros no valor equivalente a U\$\$ 167.000.000 (cento e sessenta e sete milhões de dólares americanos) para implementar os objetivos previstos. (GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, 1992: 9).

O projeto deveria funcionar como medida mitigadora para o POLONOROESTE que teve como objetivo implementar planos e programas de política ambiental e de

SABER CIENTÍFICO, Porto Velho, 1 (1): 253 - 266, jan./jun.,2008.

investimentos públicos, todos criados para dar sustentabilidade ao desenvolvimento em Rondônia; conservar a biodiversidade de Rondônia; proteger e reforçar as fronteiras de todas as Unidades de Conservação, áreas indígenas, florestas públicas e reservas extrativistas; controle prevenção de reflorestamento, transporte de madeiras e prevenção incêndios florestais em Rondônia, contrários às leis federais; desenvolver sistemas de fazendas integradas em áreas adequadas para a agricultura permanente e agro-florestamento; apoiar investimentos prioritários na infra-estrutura sócio-econômica e serviços que vinham implementar o zoneamento agro-ecológico em Rondônia e consolidar a capacidade técnica operacional das instituições de Rondônia. (RONDÔNIA, 1992: 21).

Com estes objetivos a Educação Ambiental estava inserida na categoria 1, das dez categorias previstas no Acordo de Empréstimo que foi executado pelos órgãos e instituições responsáveis pelo Projeto no estado de Rondônia. Do valor financeiro de 167.000.000 (cento e sessenta e sete milhões de dólares americanos) foi destinado ao manejo, proteção, conservação do meio-ambiente, manejo da floresta e de apoio às populações indígenas, que dispunha de um montante do empréstimo no valor de U\$\$ 34.600,000 (trinta e quatro mil e seiscentos dólares) para o desenvolvimento de tais ações. (RONDÔNIA, 1992: 18).

5 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PROGRAMA PLANAFLORO: PROGRAMA MARITACA

Uma das atividades propostas pelo Governo do Estado de Rondônia e aprovada em 1997 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD foi o fortalecimento da Educação Ambiental através dos meios de comunicação. Neste contexto foi elaborado o Projeto Maritaca que teve por objetivo fortalecer a utilização dos meios de comunicação para produzir programas radiofônicos, com as comunidades, a fim de tratar de assuntos como: saúde, educação, ecologia, melhoria de vida, alternativas econômicas, alimentação alternativa, agricultura, valorização das culturas tradicionais, entre outros destinado às populações distintas como pequenos agricultores, seringueiros, habitantes das vilas e cidades.

SABER CIENTÍFICO, Porto Velho, 1 (1): 253 - 266, jan./jun.,2008.

A expectativa do Projeto seria, dentro dessa perspectiva, promover reflexões nas comunidades, para que pudessem ser capazes de gerar o que Boff (1999:137) denomina como “apropriação de novos hábitos e projeção de um tipo de desenvolvimento que cultive o cuidado com o equilíbrio ecológico e que funcione dentro dos limites impostos pela natureza”.

O programa contava com a participação do Componente Reserva Extrativistas (PNUD/PLANAFLORO) com o quadro Rádio Cautário que veiculava informações de interesse das populações extrativistas da RESEX Rio Cautário, na área de organização, renda, educação ambiental e saúde, bem como apoiava elaboração dos Planos de Desenvolvimento das RESEX de Rondônia e divulgação e cumprimento dos Planos de Utilização.

Os programas de rádio foram produzidos no município de Nova Mamoré e transmitidos semanalmente, aos sábados das 08:00h às 08:30 horas, durante 02 anos pela Rádio Educadora de Guajará-Mirim (1.260 KHz) e retransmitido em Pimenteiras do Oeste, Cerejeiras, São Francisco do Guaporé, Costa Marques e Machadinho do Oeste.

5.1 OS RESULTADOS DO PROGRAMA MARITACA

Os idealizadores e executores do Programa Maritaca efetuaram uma avaliação por meio de questionário direcionada a 118 (cento e dezoito) residências da população ouvinte do referido programa, da qual foram selecionados dois itens para discussão neste artigo: temas de interesse dos ouvintes e incorporação de conhecimento. A seleção destes dois itens se deu em função das concepções de educação ambiental voltada para as necessidades sociais e para a formação de hábitos.

De acordo com o gráfico 1, que demonstra os interesses ou demandas de conhecimento da população, verificou-se que o tema saúde representava 41,3% do total de residências, o que reflete as carências sociais por este item. Se a carência por serviços de saúde é significativa nas áreas urbanas, nas áreas rurais são ainda maiores, assim como pensar desenvolvimento e ecologia se os seres humanos não encontram solução para sua própria existência. Verifica-se então, a possibilidade da

SABER CIENTÍFICO, Porto Velho, 1 (1): 253 - 266, jan./jun.,2008.

educação ambiental se tornar um instrumento auxiliar para a saúde preventiva desde que bem direcionado, com políticas públicas contínuas e de qualidade.

Gráfico 1 – Temas de Interesse dos Ouvintes da Rádio Maritaca



Fonte: Governo Estado Rondônia 1997

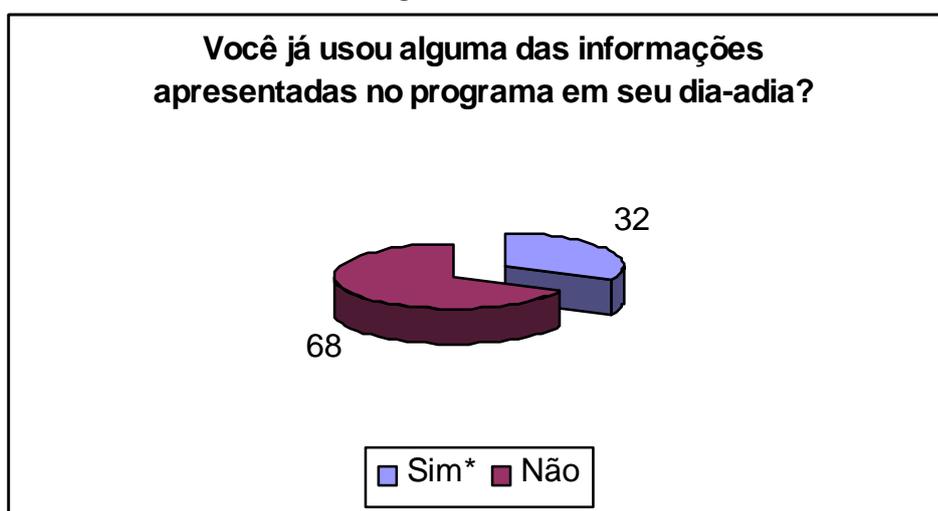
Considerando a Gestão Ambiental como suporte à conciliação dos diversos interesses dos atores sobre uma dada área ambiental, verificamos o quão complexa se dá esta conciliação, pois as necessidades básicas que são demandas, hoje, devem ser supridas ao mesmo tempo que devem ser resguardados os interesses e necessidades das gerações futuras. A Gestão Ambiental deve superar a esfera do manejo de instrumentos, métodos e técnicas de tratamento de áreas, para repensar os elementos, inclusive sociais circunscritos a estas. A Educação Ambiental com vistas a auxiliar a Gestão Ambiental, deve ajudar a situar o ser humano como elemento de um contexto ecológico que influencia e é influenciado pelo seu meio ambiente e deste deve obter o necessário para seu bem estar, oferecendo conhecimentos práticos, cotidianos para a população independentemente dos diferentes níveis de escolaridade.

Quanto à utilização das informações veiculadas pelo Programa Maritaca, a que nos chamou a atenção foi o baixo percentual de 32% de pessoas que afirmam ter usado conhecimentos veiculados, como mostra o gráfico 2 e nos questionamos se é possível dar atenção as informações e não aprender e, em caso de ter apreendido não fazer uso do conhecimento mesmo que involuntariamente.

SABER CIENTÍFICO, Porto Velho, 1 (1): 253 - 266, jan./jun.,2008.

Acreditamos que não, pois quando aprendemos algo, isto passa a fazer parte de nós, é incorporado e assumimos como se fosse algo inato. O que percebemos a cerca do baixo percentual é a pouca percepção da população sobre o que efetivamente aprenderam.

Gráfico 2 – Indicativo de Utilização dos Conhecimentos divulgados pelo Programa Maritaca



Fonte: Governo do Estado de Rondônia 1997

Se compararmos a abrangência das ações implementadas com os resultados obtidos com os recursos financeiros que estavam dispostos no Programa PLANFAFLORO para a área ambiental constatamos disparidades evidentes. Uma ação tão abrangente não poderia ter um aporte financeiro tão baixo e uma das lacunas que poderíamos destacar em programas como o Maritaca é a falta de perspectivas avaliativas; a ação termina e não há uma avaliação consistente de sua eficácia.

Consideramos que a Educação, incluindo a Ambiental deve aprofundar pesquisas no campo da avaliação da aprendizagem para que se construa um alicerce de ações fundamentadas em evidências de sucesso, pois sem isso a incorporação de novas técnicas produtivas e a disseminação de conhecimentos continuará se dando a título de dados quantitativos e não qualitativos.

Reconhecemos também que necessário se faz a implementação de políticas públicas comprometidas com as questões ambientais além do constante acompanhamento da sociedade civil e dos grupos socialmente organizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a Educação geralmente apresente resultados a longo prazo, com resultados incertos devido à existência de diversidades de valores e interesses comuns, Le Presters (2000:51) assegura que a motivação e a capacitação de pessoas para a inclusão de ações preventivas na Educação Ambiental tem-se apresentado como um essencial aparelho da gestão ambiental, admitindo que as pessoas obtenham informação, incorporem, comprometam-se, compartilhem e participem das atividades de gestão ambiental, assumindo atitude funcional em relação aos problemas ambientais.

Para tanto, um processo de Gestão Ambiental eficiente perpassa por um corpo de profissionais qualificados, equipamentos tecnológicos modernos de controle ambiental e organização sistemática de informações básicas sobre o meio ambiente para se otimizar os investimentos e se alcancem os objetivos da ação educativa.

E por fim, para que a educação ambiental se transforme em um mecanismo ajustado a gestão ambiental é preciso que as ações propostas estejam sintonizadas com a cultura da sociedade e reforcem os aspectos de caráter prático desta cultura. Entendemos que a gestão ambiental integrada com a educação ambiental pode proporcionar a obtenção de bons resultados, pois estimulam a sociedade a atuar de forma preventiva, identificando, controlando e minimizando os impactos ambientais da sua ação.

REFERÊNCIAS

ANDRADE-FILHO Líbero Coelho de. **Legislação Ambiental**. Rio de Janeiro: Auriverde, 2002.

BARBOSA, Josué Humberto. Educação Ambiental: movimentos e interpretações sócio-ambientais In: NAVES, Flávia Luciana (et. al.). **Introdução ao Estudo de Gestão e Manejo Ambiental**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2000.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1998.

SABER CIENTÍFICO, Porto Velho, 1 (1): 253 - 266, jan./jun.,2008.

_____.Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? In: **Revista Parcerias Estratégicas**. nº 12 set. 2001. (135-159 p.)

BRASIL. Ministério da Educação. INEP-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Thesaurus Brasileiro da Educação**. 2001. Disponível em:<http://72.14.209.104/search?q=cache:PspO6KL33A4J:www.inep.gov.br/pesquisa/thesaurus/thesaurus.asp%3Fte1%3D122175%26te2%3D122350%26te3%3D37499+inep+educa%C3%A7ao+formal&hl=pt-BR&gl=br&ct=clnk&cd=2&lr=lang_pt> Acesso em: 02 set 2006.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar**: ética do humano-compaixão pela terra. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

CMMAD-Comissão Mundial Para O Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

DIEGUES, Antonio Carlos, (org.). **Desmatamento e Modos de Vida na Amazônia**. São Paulo: NUPAUB, USP, 1999.

GUERRA, Antonio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da. **Impactos Ambientais Urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HESS, Dora Rodrigues. **As Reservas Extrativistas: por uma nova relação homem-natureza** in: MESQUITA, Olindina Vianna; SILVA, Solange Tietzmann. (Coords). Geografia e Questão Ambiental. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

KOHLHEPP, Gerd. **Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira**. Estudos Avançados, vol.16, nº45, maio/agosto 2002. São Paulo: Estudos Avançados/USP, 2002.

LANNA, A. E. L. **Gerenciamento de bacia hidrográfica**: aspectos conceituais e metodológicos. IBAMA. Brasília: 1994, p.171.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LE, Presters. Philipe. **Ecolopolítica Internacional**. São Paulo: SENAC, 2000.

LESSA, Ricardo. **Amazônia**: as raízes da destruição. São Paulo: Atual, 1991.

SABER CIENTÍFICO, Porto Velho, 1 (1): 253 - 266, jan./jun.,2008.

NAVES, Flávia Luciana et al.. **Introdução ao Estudo de Gestão e Manejo Ambiental**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Amazônia, monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas-SP: Papirus, 1993.

_____. **Integrar para não entregar**. políticas públicas e Amazônia. Campinas-SP, Papirus, 1991.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, SP: Atica, 1993.

RONDÔNIA. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral/SEDAM/PLANAFLORO/PNUD. Projeto BRA/94/007. **Educação Ambiental: as lições do PLANFLORO – 1995/1996**. Porto Velho, 1996.

_____. GOVERNO DO ESTADO DE. **Diagnóstico Sócio-Econômico-Ecológico** 2ª aproximação. Fev. 1997. Anexo B

_____. Acordo de Empréstimo nº 3444 de 19/09/1992.

SOARES, Sebastião Roberto. Análise Multicritério e Gestão Ambiental. In: Philippi (et. al.). **Curso de Gestão Ambiental**. Barueri, SP: Manole, 2004.